



3ª Comissão Permanente - Comissão de Ordenamento do Território, Urbanismo, Reabilitação Urbana e Obras Municipais

Parecer

Relativo às Petições 30/2018 e 34/2018: *“Requalificação do Miradouro de Santa Catarina”* e *“Por um Adamastor de todos e para todos”*.

NOTA INTRODUTÓRIA

Nos termos e ao abrigo do disposto no artigo 85.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa (AML)¹, a 1 de agosto de 2018, deram entrada na Assembleia Municipal duas petições, uma petição subscrita por 444 cidadãos intitulada *“Requalificação do Miradouro de Santa Catarina”* e uma outra subscrita por 4083 cidadãos intitulada *“Por um Adamastor de todos e para todos”*.

Por despacho da Ex.ma Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, respectivamente de 13 e 17 de dezembro de 2018, foi determinado o encaminhamento das referidas petições para a 3.ª Comissão Permanente de Ambiente e Qualidade de Vida, para efeitos de apreciação conjunta, com audição dos peticionários e emissão do competente Parecer até final de janeiro, pelo que cumpre proceder à emissão do mesmo, em consonância com o preceituado no artigo 76.º do Regimento.

PARTE I – CONSIDERANDOS

PETIÇÃO 34/2018 - “POR UM ADAMASTOR PARA TODOS”

1

Aprovado pela Deliberação n.º 310/AML/2018, de 12 de julho, e publicado no 2.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1274, de 19 de julho de 2018.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA

Proc. _____
ENT 3083 AML 19
DATA 21/10/2019
Luis Rêsa



Atento ao teor da Petição 34/2018 “Por um Adamastor para todos” e à audição dos respetivos peticionários (a 16 de Janeiro de 2019, na 44ª reunião da 3ª Comissão Permanente), salienta-se o seguinte:

Da Petição:

Que seja marcada uma sessão da AML aberta ao público por forma a esclarecer o motivo das decisões tomadas pela CML e divulgar os planos de obras para o Jardim do Adamastor;

Que sejam interrompidas as obras iniciadas até que o processo seja amplamente discutido em sessão pública;

Que seja clarificado o processo relativo à escolha do novo locatário do quiosque do Jardim do Adamastor, face à percepção de que, alegadamente, poderá existir essa vontade por parte da CML;

Que, caso se confirme a intenção da CML proceder à rescisão do contrato com o atual locatário do quiosque acima referido, sejam clarificados os critérios do concurso;

Que o miradouro do Adamastor permaneça aberto até que os requisitos anteriormente referidos cumpridos e que o projeto de requalificação do Jardim do Adamastor obtenha um amplo consenso social.

Da audição aos peticionários:

Pela peticionária Rosa Silva Ramos foi referido genericamente que:

A petição foi apresentada por um movimento espontâneo que se foi juntando na rede social do facebook a partir do final do mês de julho, data em que o Adamastor foi fechado e pelo espanto que esse encerramento gerou enquanto espaço público de convívio entre pessoas da cidade e ponto de atração turística em pleno verão sem qualquer aviso de obras;

Mais referiu que se fala na comunicação social do excesso de população no local, dos problemas de violência, de droga, do direito dos moradores ao descanso e não percebe como é que tal poderá ser solucionado através da colocação de uma grade para se solucionar os problemas de segurança, do ruído, e que a prática tem demonstrado que na Bica, no Combro e em toda a zona envolvente os problemas de pequena criminalidade, de carteiristas e de ataques a turistas têm aumentado, sendo que o problema do tráfico de droga que estava circunscrito à Rua Marechal Saldanha está agora espalhado desde os camões até à entrada do parque de estacionamento do



parque e os moradores de toda a freguesia continuam a apresentar as mesmas queixas; Em suma, o Adamastor fechou a 26 de julho de 2018 e até agora não houve quaisquer trabalhos por parte da CML senão até 2 de novembro ao que parece através da contratação de serviços a uma mesma empresa que já realizou trabalhos em 2013;

Que após várias diligências e reuniões com o Presidente da Câmara e com a Junta de Freguesia da Misericórdia e na primeira reunião que ocorreu a 16 de novembro, a CML lhe apresentou o projeto que iria depois ser submetido a debate público, a 22 de novembro em nova reunião poderiam apresentar alterações ao projeto mas sem debate público, daí que não possa ser tomada uma decisão de encerramento sem um estudo sério e tal não se resolverá com o encerramento do referido espaço.

Manuel Pessoa Lopes referiu que:

Não será através de um horário e de uma grade que se irá resolver os problemas existentes; O quiosque, que está concessionado desde 1996, e neste momento pelo discurso do Presidente da Câmara, a concessão deverá ser alterada por incumprimento da parte do concessionário e tal terá que ser demonstrado perante o público que são os utilizadores, para que os utentes do espaço público possam saber se existe algum incumprimento, acabando por não perceber o que se está efetivamente a passar, havendo a suspeita de que se pretende alienar aquele espaço para outro tipo de interesse, nomeadamente comercial.

Irina Gomes referiu que:

O Miradouro do Adamastor é um espaço simbólico e o que se passou não é um bom exemplo de administração local e é isso que questionam, uma que fez não foram apresentadas outras medidas que não limitar o acesso e a respetiva vista, para um problema que já se arrasta há tanto tempo, pelo que solicitam a indicação dos estudos que consubstanciaram esta decisão de encerramento do miradouro.

Carina Carvalho referiu que:

Existe uma carta estratégica e qualquer alteração à mesma terá que ser comunicada aos municípios, tendo que haver rigor nas decisões tomadas e que o problema do adamastor é que não se está a fechar o jardim mas a vista e a decisão tem que ser tomada tendo em conta o interesse público;

Se existe um problema com o concessionário isso terá que ser analisado, mas os interesses de



uma entidade que está a explorar aquele local há tantos anos também têm que ser ponderados e respeitados.

Os peticionários expuseram, ainda, o seguinte:

Que a CML invocou e tornou públicas, desde 25 de julho deste ano, diversas e díspares fundamentações para o ato de encerramento do Miradouro de Santa Catarina;

Que inicialmente a CML invocou para o respetivo encerramento, uma alegada sobrecarga de gente no referido local e, posteriormente, alegados casos de criminalidade e insegurança na área adjacente ao miradouro;

Que se passou por tentar responsabilizar a atual concessionária do quiosque, que ali funciona há mais de 20 anos, pela limpeza do espaço público de todo o miradouro incluindo o lixo proveniente de consumos não realizados no referido estabelecimento comercial;

Que a CML, no passado mês de novembro, contratualizou um projeto de arquitetura para o local no qual se prevê a instalação definitiva de uma grade e introdução de um horário de acesso e encerramento do Miradouro de Santa Catarina, sem que, no entanto, tenha havido qualquer debate público sobre os alegados motivos que estiveram na base desta decisão;

Pelo referidos motivos se requer que, a supra referida petição após apreciada pela respetiva Comissão, e por ter mais de 150 subscritores, seja inscrita na “Ordem do Dia” de uma sessão ordinária da Assembleia Municipal, durante a qual a signatária, sendo uma das primeiras subscritoras, possa usar da palavra, durante um total de 10 minutos, considerando que desde que, na supracitada data, o espaço público do Miradouro de Santa Catarina foi encerrado, por decisão da CML nenhum projeto de intervenção ou sequer de manutenção do referido espaço público foi implementado, nem tampouco tornado público;

Mais se requer, ainda, em nome de todos os subscritores da Petição que a Assembleia Municipal de Lisboa, no âmbito das suas competências, diligencie junto da Câmara Municipal de Lisboa a promoção de um Debate Público no qual seja explicada a lógica das ações tomadas, partilhados os planos de obras existentes para o local, e no qual sejam ainda analisadas e avaliadas as razões que se encontram na base da solução proposta, bem como os estudos técnicos nos quais a dita solução se fundamenta, e ainda qual o impacto desta solução na resolução dos eventuais problemas existentes naquela, bem como noutras zonas da mesma Freguesia e a, um pouco, por toda a cidade de Lisboa.



INTERVENÇÕES DOS DEPUTADOS

A matéria do incumprimento ou não da concessão tem que ser apreciado no âmbito do contrato celebrado entre as partes e se esse terá sido alegado pelo Presidente, não encontrando razão para não acreditar que exista fundamento para tal;

Que não têm conhecimento de algo que é essencial para a apreciação da questão que é o projeto da CML, e, a primeira iniciativa deverá ser a do acesso ao mesmo e perceber o porque da decisão de fechar e gradear aquele espaço;

Não há que vedar espaços, há que resolver os problemas existentes seja através de policiamento ou através da adoção de medidas que os resolvam (10);

Que irão ser tomadas as diligências para ouvir os responsáveis da Câmara e só aí é que se poderá ter uma noção mais concreta sobre esta matéria e bem assim questionar ou não os fundamentos que poderão ou não ter determinado um incumprimento da concessão;

Que a degradação daquele espaço ao longo do tempo tem sido progressivo e não será a colocação de um gradeamento que o irá impedir(11), mas poderá ser um fator de dissuasão, e que, por se tratar de um espaço simbólico(12) não irá estar fechado todo o dia, sendo desejado por alguns moradores, indicando a título de exemplo o jardim de santos;

O gradeamento, além de não comprometer o fator paisagístico do miradouro, não é uma medida “avulsa”, antes deve fazer parte integrante do projeto de requalificação, o qual, por sua vez, deve ser acompanhado por outras medidas de segurança passiva e ativa.

PETIÇÃO 30/2018 - “REQUALIFICAÇÃO DO MIRADOURO DE SANTA CATARINA”

Atento ao teor da Petição 30/2018 “Requalificação do Miradouro de Santa Catarina” e à audição dos respetivos peticionários , salienta-se o seguinte:

Da Petição:

Os subscritores da Petição são moradores e comerciantes do Bairro de Santa Catarina e membros da Associação de Moradores da Freguesia da Misericórdia “A Voz do Bairro”;

Os moradores e comerciantes da Freguesia da Misericórdia e a Associação de Moradores da Freguesia da Misericórdia, de Santa Catarina “A Voz do Bairro”, em face da ameaça à sua qualidade de vida e património cultural, solicitam medidas que promovam a compatibilidade das componentes sociais, habitacionais e do comércio envolventes, as quais deverão incluir um gradeamento e horários de funcionamento no Miradouro de Santa Catarina tendo em consideração os seguintes pontos:



Erradicar os abusos no Miradouro de Santa Catarina designadamente, o tráfico de droga, consumo excessivo de bebidas alcoólicas, bem como, os desacatos, agressões e insultos; Para que os moradores possam voltar a frequentar o Miradouro e levar as crianças a disfrutá-lo, o que neste momento consideram não ser possível devido ao clima existente e ainda aos diversos assaltos e agressões cometidos naquela zona;

Por estarem preocupados em não existir o ambiente e qualidade de vida necessários, sadio e ecologicamente equilibrado e tendo em atenção o dever de proteger e defender a zona histórica - artigo 66 nº 1 e 2 alínea e) da CRP- do ruído e lixo acoplado na via pública, designadamente pela (enorme quantidade de garrafas espalhadas;

Pelo facto da atual realidade violar também o direito ao repouso e da segurança pessoal constante no artigo 24º nº 3º da "Declaração dos Direitos do Homem de 10/12/1948" (artigo 16º nº2 da nossa Constituição);

Os peticionários confrontam-se com argumentos e posições desfasadas da realidade por parte de elementos que não residem no Bairro de Santa Catarina ou sequer na Freguesia da Misericórdia;

Os peticionários são apologistas da harmonia e paz social.

Da audição aos peticionários:

Pela peticionária Vigília da Ascensão Lopes pertencente à Associação de Moradores a "Voz do Bairro", da Junta de freguesia da Misericórdia, foi referido que:

O Miradouro de Santa Catarina é frequentado por muita gente especialmente por turistas, mas que há uns anos começou a haver tráfico de droga e um aumentou do consumo de drogas e de álcool no próprio miradouro, tendo-se tornado difícil para os moradores o acesso ao mesmo, devido à degradação do ambiente, aos comportamentos agressivos, de ruído, de arremesso de objetos, etc.

A situação é especialmente grave para os moradores que residem nas aéreas adjacentes ao miradouro que vivem num clima de insegurança e de risco para integridade de pessoas e bens, designadamente na Rua dos Cordoeiros, onde as pessoas não podiam chegar à janela;

Desde que o Miradouro foi encerrado para obras, a situação melhorou.

Os moradores esperam que as obras de requalificação do miradouro e a colocação do gradeamento (como sucedeu no jardim de Santos ou da Estrela), possam evitar que as pessoas ali permaneçam à noite e sejam restabelecidos os direitos dos moradores.



Os moradores e comerciantes foram subitamente confrontados com a existência do movimento de “Liberdade pelo Adamastor”, cujo objetivo era que permanecesse tudo como estava; Porém, os moradores não queriam o estado de sítio em que o Jardim do Miradouro se encontrava, daí que tenham apresentado uma petição a qual foi subscrita apenas pelos moradores que vivem em redor e não foram para o resto da freguesia; Todos os residentes e comerciantes contactados assinaram a Petição (à exceção de uma moradora) reivindicando que o Miradouro de Santa Catarina esteja encerrado à noite, para que possam ter sossego e paz, solicitando ainda mais patrulhamento e câmaras de videovigilância; Concordam com o projeto de requalificação para o Jardim do Miradouro proposto e apresentado pela CML, tendo apenas feito sugestões ao nível do imobiliário para as pessoas idosas e relativamente às arestas por causa das crianças

Pela peticionária Catarina Teixeira, moradora na Rua do Sol a Santa Catarina há cerca de 20 anos, foi referido que:

A zona ao Adamastor tem sido muito maltratada e que pretendem voltar a andar na rua sem medo, porque atualmente não o podem fazer.

Que o Adamastor era antigamente uma zona pacata onde as pessoas especialmente idosas iam ao fim da tarde apanhar sol por não ter possibilidade de ir à praia, onde as crianças brincavam, onde se levava os animais de estimação e as pessoas se sentiam em família, pelo que, solicitam que sejam repostas as condições de segurança, de sossego e que tal só poderá ser conseguido com o seu encerramento noturno.

INTERVENÇÕES DOS DEPUTADOS

Tendo sido dada a palavra aos deputados para intervenções, aqui sintetizamos as respetivas intervenções(14):

Foram questionadas as peticionárias sobre o sentimento existente antes e atualmente no miradouro em face do encerramento, designadamente, das condições de segurança anteriormente existentes e se as obras trouxeram paz e segurança e se concordam com o projeto;

Tendo em conta o encerramento do espaço, se as situações problemáticas se deslocaram e intensificaram à volta ou se o grau de intensidade é o mesmo;

Se entendem que o gradeamento deve fechar às 22:00h, e se entendem que o estabelecimento poderá estar em funcionamento até mais tarde com condicionamentos;

A questão de haver mais policiamento e patrulha de proximidade tem um efeito dissuasor, a par



da videovigilância e do reforço da higiene urbana;

Se entendem que o tipo de vendas efetuada pelo concessionário também terá contribuído para aumentar o ambiente de insegurança e menor paz no local;

Se o miradouro for encerrado ninguém mais poderá visitar o miradouro de Santa Catarina à noite tal como era e desde quando é que piorou a situação;

Acreditam que havia um problema no Adamastor mas nos últimos anos a situação piorou muito, sendo importante que aquele espaço seja reaberto e discutidas as várias soluções para o local de forma a garantir a segurança dos moradores e a manutenção do miradouro;

Que a zona circundante piorou porque o tráfico não desaparece e há que discutir esse problema, pelo que é necessário requalificar o espaço com bancos, mesas, para poder estar no espaço com qualidade, recipientes de lixo e que este seja recolhido, a par de um plano de dinamização para a cidade, em que o policiamento de proximidade tem que estar sempre presente de dia e de noite.

Sobre as questões colocadas responderam as peticionárias o seguinte:

Que a zona de Santa Catarina foi sempre uma zona sossegada, juntavam-se ali os moradores no período de verão e aquela zona era muito pacata até que em 2013, houve uma requalificação e o jardim romântico passou a miradouro e que está configurado em forma de anfiteatro para ver a vista sobre Lisboa;

O impacto do turismo trouxe os vendedores e já são os próprios turistas a comprar estupefacientes, em relação ao quiosque este vende garrafas de vidro e o concessionário tem que cumprir regras, assim como as pessoas que o frequentam;

Fechando o miradouro também deverá fechar o quiosque e relativamente ao horário de fecho colocaram as 23:00 h, mas poderá ser negociado;

Relativamente à falta de segurança e ao consumo esse problema é transversal a toda a freguesia, mas no local é mais difícil de controlar e que ao fechar o miradouro estão a resolver parte do problema, mas que tem que ser complementada com policiamento e com a videovigilância;

Se houve uma deslocação do problema para a zona da Bica, o problema é que já havia muita gente nesse local antes do encerramento do miradouro e as pessoas não se deslocaram para aí, o que melhorou foi a Rua Marechal Saldanha e o largo de Santa Catarina, apesar de poderem ter ido para outro local.

Por último o Presidente da 4.ª Comissão, referiu que terão sido pedidos ao NAC vários elementos, designadamente a audição da CML sobre o presente projeto; a audição da Presidente da Junta de



Freguesia da Misericórdia; o respetivo projeto; o histórico das intervenções; o contrato de concessão e bem assim os registos de intervenções da policia municipal ou da PSP, de ruído ou outras, para que possam ter essa informação.

Por último foi proposto ainda a audição do Vereador com a Pelouro da Segurança e os Comissários da zona da PSP e da PM, a fim de saber qual a entidade responsável pela segurança no local e ouvir as pessoas adequadas para o efeito.

Assim terá ficado acordado que depois de remetido o projeto a esta comissão seria marcada uma visita ao local.

Audição à Senhora Presidente da Junta de Freguesia da Misericórdia, no âmbito das Petições 30/2018 - "Requalificação do Miradouro de Santa Catarina" e 34/2018 - "Por um Adamastor de todos e para todos".

A audição à Presidente da Junta de Freguesia da Misericórdia, Carla Madeira, teve lugar a 15 de Março de 2019, na 49ª reunião da 3ª Comissão Permanente.

Pela Presidente da Junta de Freguesia da Misericórdia Carla Madeira, foi referido o seguinte:

Que o miradouro de Santa Catarina é um dos sítios mais bonitos de Lisboa e mais emblemático da freguesia da Misericórdia, que sofreu obras de requalificação em 2013 e desde aí sofreu um aumento exponencial de visitantes no período da tarde e da noite;

Que simultaneamente se tem verificado o aumento do tráfico de droga, estando inclusivamente referenciado internacionalmente nesse âmbito o que tornou muito difícil a vida aos respetivos moradores, a acrescer ao ruído proveniente da noite com as centenas de pessoas que frequentavam o miradouro;

Que foram realizadas inúmeras reuniões com a Câmara para resolver o problema daquele espaço e que o projeto apresentado por aquela contempla designadamente, mais iluminação, aumento do policiamento, câmaras de videovigilância, espaços verdes mais arbustivos uma vez que a relva existente no local não crescia porque o sistema de rega não funcionava, colocação de um gradeamento no espaço que passará a ser gerido pela junta e que abrirá por volta das 8:00 h e encerrará às 24:00 h, a fim de se assegurar o direito ao descanso dos moradores e bem



assim para efetuar a limpeza do local, que antes não era possível;

Que o projeto foi apresentado pela Câmara Municipal de Lisboa em sessão pública realizada exclusivamente para o efeito, a 13 de fevereiro de 2019, no auditório da Escola Passos Manuel, e que contou com o Presidente e Vice-Presidente da CML, com a PSP e com a equipa de arquitetos responsável pelo projeto, bem como com os representantes das associações de moradores e comerciantes e do movimento “Libertem o Adamastor”, entre muitas dezenas de pessoas;

Que na sequência do pedido apresentado pela CML, a JFM emitiu um Parecer favorável à execução do projeto da CML para a requalificação urbanística e ambiental do jardim do Miradouro de Santa Catarina, mas introduziu como condição a implementação de outras medidas complementares, designadamente: a instalação de sistema de videovigilância, o reforço da iluminação pública, o reforço do policiamento e a transferência da gestão do quiosque da CML para a JFM;

Que o Parecer da JFM foi aprovado pelo Executivo, por maioria (com o voto contra da Vogal da CDU) e posteriormente submetido, em forma de proposta, à Assembleia de Freguesia da Misericórdia, onde foi também aprovado por maioria na Sessão Extraordinária a 11 de março de 2019;

Que a transferência da gestão do quiosque da CML para a JFM visa assegurar maior proximidade na relação contratual e garantir a manutenção das boas condições de todo o espaço e dos equipamentos.

Que a grande polémica se situa à volta do gradeamento e que há semelhança do que se passou no Jardim de Santos, se pretende que este espaço possa voltar a ser fruído como um espaço de família e de lazer, porque apesar de ser público deverá ser aprazível para todos.

INTERVENÇÕES DOS DEPUTADOS

Tendo sido dada a palavra aos deputados para intervenções, aqui sintetizamos as respetivas intervenções:

Que em 2015 terá sido solicitada pelo respetivo Presidente da Junta da Estrela, uma situação semelhante à que agora vem apresentada que não foi inicialmente aceite na Assembleia Municipal, mas que a Câmara posteriormente veio a requalificar o espaço do Jardim da Estrela e como tal se solidariza e dá total apoio à Junta da Misericórdia quanto à solução adotada;

Que os arbustos deverão ser podados de forma a tornar bem visível a utilização que é feita ao referido espaço, e se é um local reconhecido internacionalmente pelo tráfico de droga tem que ser intensificada a polícia no local;



Que apar da videovigilância deverá ser reforçado o policiamento de proximidade, pelo que se aceita a colocação de uma vedação até à resolução do problema, contudo tratando-se de um espaço público e se houver uma adequada vigilância o espaço poderá ser reaberto, no entanto a situação deverá em primeiro lugar ser pensada para os residentes e só depois para os visitantes, sob a perspetiva de um turismo sustentável;

Que esta matéria também deveria ser vista pelo ambiente pelo facto de ter problemas associados aos resíduos e ao barulho e não apenas pelo urbanismo, e que, este problema deverá ser resolvido gradualmente.

Sobre as questões levantadas e apresentadas pelos deputados municipais veio a Sr.^a Presidente da Junta esclarecer o seguinte:

Agradeceu os elogios que lhe foram dirigidos e concluiu que não compreende a relutância por parte dos cidadãos da cidade de Lisboa que não são moradores da freguesia em aceitar esta situação;

Quando há tantas soluções similares a esta noutras zonas da cidade onde foi implementado um gradeamento, como no Jardim do Monte Agudo, do Torel, da Estrela, e quando esta questão se coloca na Misericórdia gera-se esta polémica e como eleita local pretende defender os interesses dos seus moradores, não podendo deixar de ficar indignada com toda esta situação;

Que o horário proposto para o encerramento do espaço está adequado com as exigências turísticas da zona, respeitando igualmente o direito ao descanso dos seus moradores cuja população decresceu muito acima de tudo pelas questões associadas à habitação, pelo que tem que se assegurar àqueles que lá vivem o mínimo de condições de habitabilidade em matéria de descanso;

Que tem que haver uma maior intervenção da polícia naquele local o que tem vindo a acontecer, mas quem gere o policiamento não é a CML mas a Administração Interna e como tal não se poderá estar refém de uma situação que não depende da junta e a resolução do problema passa por um conjunto de soluções, mais policiamento, mais iluminação, câmaras de videovigilância e todas elas irão minorar o problema;

Que o gradeamento, pela sua tipologia e características físicas, não compromete o valor paisagístico do local, sendo muito similar à grade provisória que está lá mas abrange igualmente o quiosque, e que o horário do gradeamento será mais flexível do que o do próprio quiosque que fechará no inverno às 20:00h e no verão às 22:00h;

Que a proposta de requalificação urbanística e ambiental e as medidas complementares que lhe estão associadas não são irreversíveis, ainda que não tenham sido apresentadas alternativas



credíveis e exequíveis que permitam antever uma melhoria da situação atual;

Que um ano após a conclusão das obras e também da implementação das medidas complementares (sistema de videovigilância, reforço da iluminação pública, reforço do policiamento e transferência da gestão do quiosque da CML para a JFM) deverá ser feita uma avaliação por parte da CML;

Por último a questão do trabalho social que tem vindo a ser feito ainda é muito incipiente e a freguesia tem vindo a realizar reuniões com a Associação Neptuno que é uma associação recente e a quem a freguesia cedeu um espaço a fim de reunirem e darem formação aos jovens daquela zona a quem podem ser dadas novas alternativas e modos de vida, havendo por essa via uma preocupação social da freguesia com a sua integração de forma a lhes serem dadas novas alternativas de vida.

De acordo com os elementos remetidos pela Sr.^a Presidente da Junta de Freguesia designadamente o Parecer sobre o Projeto de requalificação do Jardim do Miradouro de Santa Catarina solicitado pela Câmara Municipal e aprovado em Assembleia de Freguesia e bem assim o Projeto de Requalificação apresentado pela CML na sessão pública de 13/02/2019, ficaram sintetizadas as seguintes conclusões:

A execução do projeto de requalificação do jardim de miradouro de Santa Catarina deve ser acompanhada pela implementação de outras medidas complementares que contribuam para dissuadir as práticas ilícitas e promover a recuperação das condições de vivência e fruição do Jardim do Adamastor, através da concretização coordenada de um conjunto de medidas por parte do Ministério da Administração Interna, da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia, de que se destacam:

- Reforço do policiamento;
- Instalação do sistema de videovigilância, na zona do Bairro de Santa Catarina;
- Reforço da iluminação pública;
- A concretização de um projeto de requalificação do espaço público;
- Passagem da gestão da concessão do Quiosque para a Junta de Freguesia por forma a obter ganhos de eficiência e de eficácia, bem como assegurar o cumprimento efetivo dos termos e condições estabelecidos e previstos a nível contratual e regulamentar;
- O horário do Quiosque espaço deve, também, ser definido pela Junta de Freguesia, adotando como referência o horário entre as 07h e as 23h;
- Em suma, o projeto de requalificação do jardim de miradouro de Santa Catarina, tal como apresentado pela CML, afigura-se como uma proposta exequível e favorável por concorrer para a reabilitação e valorização do espaço.



Audição ao Senhor Vereador Manuel Salgado, no âmbito das Petições 22/2018, 30/2018, 31/2018 e 34/2018 (na 52ª REUNIÃO DA 3ª COMISSÃO PERMANENTE)

A 17 de Abril, teve lugar a 52ª reunião da 3ª Comissão Permanente com a Ordem de Trabalhos:

Ponto Único - Audição do Senhor Vereador Manuel Salgado no âmbito das Petições 22/2018, 30/2018, 31/2018 e 34/2018.

Conforme definido na Ordem de Trabalhos começou por ser dada a palavra ao Senhor Vereador Manuel Salgado para se pronunciar no âmbito das referidas petições, contudo apenas nos iremos debruçar sobre as questões consideradas relevantes relativamente às Petições 30/2018 e 34/2018 e cujas conclusões aqui sintetizamos:

- Que o Direito às vistas está consagrado no Plano Diretor Municipal desde 1994 e abrange da cidade para o rio e do rio para a cidade e que estão identificadas, localizam-se em miradouros ou em determinadas ruas perpendiculares ao rio, mas tal direito apenas é garantido a partir do espaço público;
- Que as obras de reabilitação do espaço já se iniciaram, houve uma discussão pública e uma moção aprovada na assembleia de freguesia da misericórdia e cujo parecer foi depois aprovado em Câmara;
- Que o ponto mais polémico tem que ver com a existência de uma vedação que permite que o espaço possa ser encerrado à noite, com um horário que não está totalmente fechado porque depende de decisão da junta e que também o Presidente da Câmara esclareceu que esta estrutura é amovível e que após um ano de funcionamento se dirá se se justifica manter a vedação ou se pelo contrário retirá-la;
- Que a vedação é completamente transparente, parecida com a instalada no Jardim de Santos, com a vantagem de que os portões que abrem são maiores, sendo durante todo um dia um espaço franco e aberto.

INTERVENÇÕES DOS DEPUTADOS

Tendo sido dada a palavra aos deputados para intervenções, aqui sintetizamos as respetivas intervenções(21):

Que o ponto principal desta intervenção que era o projeto é extemporânea uma vez que o mesmo já foi aprovado em Câmara, daí terem pedido atempadamente cópia do projeto o que não receberam até hoje, pelo que, não se poderiam pronunciar sem terem conhecimento dos



mesmos e só depois da Sr.^a Presidente de Junta ter sido ouvida nesta comissão lhes enviou o projeto e tomaram conhecimento do mesmo;

Que a questão da colocação da vedação é positiva uma vez que a mesma é provisória e importará determinar se a mesma terá efeitos na melhoria das condições e do descanso aos moradores o que é a questão fundamental naquela zona, e que obviamente vai ter que haver medidas de segurança não só na zona de Santa Catarina, mas também na zona envolvente;

Alguns deputados entenderam que a questão do fecho da cerca do miradouro poderá ser resolvida através do estabelecimento de controlo de acessos à semelhança do que já existe em edifícios públicos, porque havendo interesse das pessoas na fruição daquele espaço e havendo apenas reticências quanto às atividades que aí estão a ser desenvolvidas, deverão ser identificadas as pessoas que frequentam aquele espaço, uma vez que aquilo que é importante é que os locais públicos tenham livre acesso.

VISITA AO ADAMASTOR

A visita da comissão anteriormente prevista ao local foi cancelada.

PARTE III –OPINIÃO DAS FORÇAS POLÍTICAS E DOS RELATORES

OPINIÃO DAS FORÇAS POLÍTICAS E DO RELATOR

As forças políticas representadas na 3.^a Comissão e o DM Relator reservam a sua opinião e o seu sentido de voto para o Plenário da Assembleia Municipal, onde será discutida e votada a Recomendação contida no presente relatório.

OPINIÃO E RECOMENDAÇÕES DO RELATOR

Tendo em conta que estas soluções de gradeamento deverão ter um carácter assumidamente temporário, deverão ser estudadas soluções tecnológicas ou outras, que permitam emular uma presença policial, enquanto as forças policiais não puderem ter meios para assegurarem com a sua presença a paz e o sossego desejáveis;



Que seja feita uma avaliação anual de todos os espaços similares vedados aos cidadãos, no sentido de avaliar da oportunidade, de manter a restrição de livre acesso.

Que seja estudada a possibilidade de criação dum regulamento municipal de ruído ambiente diurno e noturno, uma vez que o controlo do ruído ambiente de génese viária atual, ou o ruído produzido no interior de espaços comerciais, não consegue resolver os problemas de ruído causados na própria via pública.

Que garanta que independentemente da vedação do local o seu uso se mantém público e que não ocorre a privatização do espaço;

A elaboração de um projeto de requalificação do espaço, permitindo retirar a vedação ou pelo menos diminuir o período de encerramento do local e garantir o acesso e fruição por parte da população;

Que mesmo passando a gestão do Quiosque para a Junta de Freguesia da Misericórdia o contrato de concessão não permita a privatização do espaço envolvente;

Que seja feito o levantamento de todos os espaços similares que se encontram atualmente vedados e de acesso limitado à população, verificando se se mantêm os pressupostos que determinaram o seu encerramento ou se pelo contrário, deve ser levantada tal restrição;



PARTE IV – CONCLUSÕES

O presente Relatório está em condições de ser discutido e as suas Recomendações em condições de serem votadas em plenário.

Da audição dos peticionários das duas petições e restantes audições pode concluir-se que:

O Miradouro de Santa Catarina (Adamastor) tem vindo a registar um agravamento gradual da insegurança e da perturbação da ordem pública devido à prática diária de comportamentos ilícitos e abusivos, tais como, o tráfico de estupefacientes, assaltos, atos de violência e ruído excessivo, os quais violam as normas legais e comprometem a segurança, o bem-estar e a saúde, sobretudo dos moradores e comerciantes;

Os atos e práticas acima mencionados violam e comprometem alguns dos direitos fundamentais, sobretudo dos moradores e comerciantes da zona contigua ao Miradouro do Adamastor, nomeadamente o direito à saúde, qualidade de vida e segurança;

O Miradouro do Adamastor está desqualificado e apresenta um elevado estado de degradação, nomeadamente ao nível da estrutura verde e dos materiais instalados, o que contribui para a desvalorização urbanística, ambiental e paisagística do local;

A atuação das entidades competentes, nomeadamente da PSP e da CML, têm sido insuficientes para inverter a tendência de agravamento gradual dos diversos problemas existentes no Miradouro do Adamastor e na sua zona envolvente;

O Miradouro do Adamastor servia de espaço de convívio, sobretudo por parte de jovens, e de “palco” para manifestações artísticas, pelo que, a restrição do acesso ao local comprometeu estas atividades e suscitou um movimento de reação crítica e reivindicativa destes utilizadores;

É urgente que sejam adotadas e implementadas medidas com vista a proceder à requalificação urbanística e ambiental do Miradouro do Adamastor e, também, a garantir o restabelecimento das normas de modo a qualificar o espaço público e restituir os direitos coletivos e individuais; É urgente procurar soluções que contribuam para restituir a condição do Miradouro.

A CML efetuou a apresentação do projeto no âmbito da Sessão Pública realizada a 13 de fevereiro de 2019, no antigo Liceu Passos Manuel, em Lisboa;

Na sequência do pedido da CML, a Junta de Freguesia da Misericórdia (JFM) emitiu um Parecer sobre o projeto de requalificação do Jardim do Miradouro de Santa Catarina (V.d. anexo), aprovado pelo Executivo (a 27 de fevereiro de 2019);

O Parecer da JFM é favorável à proposta de projeto da requalificação do Jardim do Miradouro de Santa Catarina, sendo que a execução do projeto deverá ser acompanhada pela implementação das seguintes medidas:

1. O reforço do policiamento;



2. A instalação de um sistema de videovigilância, na zona do Bairro de Santa Catarina;
3. O reforço da iluminação pública;
4. A passagem da gestão da concessão do Quiosque para a Junta de Freguesia por forma a obter ganhos de eficiência e de eficácia, bem como assegurar o cumprimento efetivo dos termos e condições estabelecidos e previstos a nível contratual e regulamentar;

A Assembleia de Freguesia da Misericórdia reunida em Sessão Extraordinária a 11 de março de 2019, aprovou, por maioria, o Parecer da Junta de Freguesia da Misericórdia relativo ao projeto de requalificação do Jardim do Miradouro de Santa Catarina;

Parecer da JFM (anexo)

A CML, reunida a 22 de março de 2019, aprovou a requalificação e dinamização do miradouro de Santa Catarina, nos termos da Proposta 154/2019.

PARTE V- RECOMENDAÇÕES À CÂMARA QUE DEVAM SER OBJETO DE DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Em face das conclusões atrás descritas a 3ª Comissão Permanente delibera recomendar à CML que:

Seja procurada uma solução de equilíbrio que procure conciliar os interesses e direitos dos visitantes e frequentadores do Miradouro e os dos residentes e comerciantes do Bairro de Santa Catarina;

A execução do projeto de requalificação do Miradouro de Santa Catarina deve ser acompanhada pela implementação de medidas complementares, nomeadamente:

1. O reforço do policiamento de proximidade por parte da PSP
2. A instalação de um sistema de videovigilância
3. O reforço da iluminação pública
4. A transferência da gestão do quiosque do Miradouro da CM Lisboa para a Junta de Freguesia da Misericórdia (JFM)

Realize avaliações cerca de um ano após a conclusão das obras de requalificação e, da implementação das medidas complementares atrás indicadas.

Possam ser adotadas medidas adequadas caso as conclusões das avaliações que vierem a ser realizadas pela CM Lisboa, assim o exijam ou recomendem;

A gestão do quiosque e a zona envolvente permaneça sob a égide da administração pública.



O presente Parecer foi aprovado por maioria com abstenção de um Deputado Independente.

VI – ANEXOS

Anexo 1- Petição 30/2018 e 34/2018: “Requalificação do Miradouro de Santa Catarina” e “Por um Adamastor de todos e para todos”.

Anexo 2- Projeto de Requalificação do Miradouro.

Anexo 3 – Parecer da JFM (aprovado pelo Executivo e pela Assembleia de Freguesia da Misericórdia)

AML, 17 de Outubro de 2019

O Deputado Relator

O Presidente da 3ª Comissão

Miguel Santos (PAN)

Miguel da Gama (PS)